

RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.455 - MG (2018/0284680-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADOS : MARCELO MAMMANA MADUREIRA - SP333834
ANA PAULA ALVES DE SOUZA E OUTRO(S) - SP320768
RECORRIDO : DIRCE MARCAL DE CARVALHO
ADVOGADO : GUSTAVO FELIPE MELO DA SILVA E OUTRO(S) - MG095328
INTERES. : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADO : RAUL TAVARES JUNQUEIRA E OUTRO(S) - MG115224
INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA E OUTRO(S) - MG025225
INTERES. : BANCO DAYCOVAL S/A
ADVOGADOS : IVAN MERCÊDO DE ANDRADE MOREIRA E OUTRO(S) - MG059382
WILLIAM BATISTA NESIO - MG070580
GRAZIELA RESENDE CARVALHO SACRAMENTO - MG086889
CELSO HENRIQUE DOS SANTOS - MG110394
INTERES. : BANCO BS2 S.A.
ADVOGADO : THAIZA CAROLINA BATISTA LOPES CANCADO E OUTRO(S) - MG113831
INTERES. : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : FERNANDO AUGUSTO DE FARIA CORBO E OUTRO(S) - RJ067987
WILSON SILVA WAISE FILHO - RJ090688
INTERES. : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO : NELSON WILIAN FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) - RS080025A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO PARA LIMITAÇÃO DE DESCONTOS EM APOSENTADORIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 282/STF.

1. A ausência de manifestação pelo Tribunal de origem acerca dos dispositivos de lei tidos como violados e das teses defendidas pela recorrente, impede o conhecimento do recurso especial.
2. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CREFISA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 09/04/2018

Processo distribuído ao Gabinete em: 25/10/2018

Ação: revisional para limitação de descontos em aposentadoria c/c pedido de tutela antecipada ajuizada por DIRCE MARÇAL DE CARVALHO, em face do BANCO BRADESCO S/A, BANCO ITAÚ S/A, CREFISA S/A, BANCO DAYCOVAL S/A, BANCO BONSUCESSO S/A, BV FINANCEIRA S/A E BANCO BANRISUL S/A, na qual requer a limitação do desconto dos empréstimos realizado junto às instituições financeiras no percentual de 30% (trinta) por cento de seus rendimentos.

Sentença: julgou procedentes os pedidos formulados pela recorrida na petição inicial, determinando a limitação dos descontos efetuados na conta bancária no percentual de 30% (trinta) por cento da remuneração líquida da autora.

Acórdão: deu parcial provimento ao recurso apelatório da recorrente e negou provimento às apelações interpostas pelos bancos requeridos, nos termos da ementa a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS BANCÁRIOS – PRELIMINAR – ILEGITIMIDADE PASSIVA – REJEIÇÃO – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS – CONTRATAÇÃO DENTRO DA MARGEM – POSTERIOR CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO – DESCONTO EM CONTA BANCÁRIA – LIMITE DE 30% ULTRAPASSADO – IMPOSSIBILIDADE

1 – Afigura-se legítima para figurar no polo passivo de ação revisional de contrato a empresa com quem, comprovadamente, o autor estabeleceu relação jurídica contratual.

2 – Na esteira do art. 6º, da Lei nº 10.820/2003, os titulares de benefícios do Regime Geral da Previdência Social podem autorizar ao INSS o desconto das parcelas de empréstimos consignados diretamente do benefício que recebem, observadas as normas editadas pelo INSS. As parcelas, por sua vez, não podem exceder, individualmente ou somadas, a margem consignável de 30% (trinta por cento) do total do benefício (art. 6º, §5º, da Lei nº

10.820/2013).

3 – *Aplica-se, por analogia, a limitação estipulada para os empréstimos consignados àqueles realizados com previsão de desconto em conta corrente.*

4 – *A instituição financeira que concede empréstimos bancários com previsão de desconto em conta bancária do mutuário deve adotar os procedimentos necessários à verificação da margem consignável do mutuário, mormente quando pactuado o desconto em conta dedicada exclusivamente ao recebimento dos proventos (e-STJ fl. 802).*

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 866/869)

Recurso Especial: a recorrente alega negativa de vigência ao art. 6º, §1º, da LINDB e aos arts. 313 e 314 do CC, sustentando que o contrato não poderia ser modificado posteriormente por se tratar de ato jurídico perfeito e que a recorrida ao assinar o ajuste assumiu obrigações relativas ao pagamento de prestações, pelo que alterar a sua forma de desconto implica na modificação ilegal do pactuado.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: CPC/2015

- Da ausência de prequestionamento

Quanto à violação do art. 6º, §1º, da LINDB e dos arts. 313 e 314 do CC, bem como as teses defendidas para demonstrar a sua vulneração, esses não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem, restando ausente o devido prequestionamento. Incide a Súmula 282/STF.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 255, §4º, I, do RISTJ.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

